

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0022923289/2024 - HMSJ.CAOP.ACP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O Hospital Municipal São José adquire bens móveis e equipamentos permanentes, que são utilizados para o desenvolvimento de suas atividades, bem como utilizados na prestação dos serviços de saúde destinados aos pacientes internados nesta Instituição.

Com o decurso do tempo, devido o desgaste pelo uso ou em decorrência da substituição por um novo modelo, por estar obsoleto, danificado ou fora das normas atuais vigentes, referidos bens deixam de ser úteis e passam a ser considerados inservíveis, seja pela ociosidade, irrecuperabilidade ou porque os custos para a manutenção tornaram-se antieconômico.

Além disso, o Hospital Municipal São José possui um grande volume de bens considerados inservíveis, que acabam por dificultar a sua organização, representando risco aos servidores e pacientes que circulam em suas dependências, bem como a necessidade de disponibilizar espaço para guarda de novos bens.

Assim sendo, justifica-se a tramitação do presente processo de leilão, devido estes bens não mais servirem para finalidade para qual foram adquiridos, não havendo, ainda, possibilidade de manutenção/conserto dos mesmos. Dessa forma, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio público, razão pela qual ocorre o desfazimento destes bens. Objetiva-se, ainda, angariar recursos para a aquisição de novos bens permanentes e a redução de custos administrativos para manutenção dos mesmos no acervo patrimonial do Hospital Municipal São José.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Embora o Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), tenha indicado a necessidade de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) somente no exercício de 2024, ainda não houve a respectiva publicação do PCA. De todo modo, informamos que a contratação está prevista no planejamento das ações do Hospital Municipal São José.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação das necessidades do Hospital Municipal São José, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1 - O prazo para retirada dos bens pelo arrematante iniciará no sexto dia útil após a realização do leilão encerrando-se no vigésimo dia útil;

3.2 - Os itens arrematados somente serão liberados mediante a Nota de Venda de Leilão, uma vez comprovada a compensação do pagamento, no prazo estabelecido no item 3.1;

3.3 - Os bens serão disputados por um único lote, conforme valores iniciais mínimos estabelecidos nos anexos e será arrematado pelo maior lance oferecido, podendo ser arrematado por **pessoa física ou jurídica, na forma de leilão eletrônico**, desde que observados e obedecidos todos os demais critérios desta contratação;

3.4 - Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, não cabendo ao Hospital Municipal São José qualquer responsabilidade quanto a consertos, reparos ou providências referente ao transporte de bens leiloados, assim, não serão aceitas reclamações posteriores à arrematação até a data do Leilão, bem como não serão aceitas desistências ou devoluções;

3.5 - Todas as despesas com frete e remoção dos bens arrematados, correrão por conta do arrematante vencedor;

3.6 - A pesagem dos bens arrematados correrá por conta do arrematante vencedor;

3.6.1 - Quaisquer tipos de veículos não fazem parte do presente processo de leilão;

3.7 Critério para alienação e pagamento

3.7.1 Os bens serão disputados por um único lote. Conforme especificado no Item 2. **Especificações dos bens** deste Termo de Referência, terá valor inicial mínimo, estabelecidos nos anexos e serão arrematados pelo maior lance oferecido;

3.7.2 O município de Joinville, conforme previsão legal contida no artigo 6º, inciso XL, Art. 31, §2º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, não alienará os bens cujos lances ou ofertas não sejam iguais ou maiores do que o valor expresso no documento Orçamentos Planilhados SEI nº 0022269818.

3.7.3 O **Valor Garantidor Imediato** exigido é **à Vista, a título de Liquidação**, sobre o valor total do bem arrematado e deverá ser quitado por meio de **Transferência Eletrônica (TED)** em dados bancários que serão oportunamente fornecidos ao Arrematante/Comprador. Grifamos que a Plataforma Online de Vendas Públicas utiliza Conta Oficial que somente aceita **Transferência Eletrônica (TED)**. O tempo necessário para a compensação bancária do pagamento é de inteira responsabilidade do Arrematante/Comprador;

3.7.4 O arrematante deverá realizar depósito/transferência identificadas, com CNPJ/CPF do Arrematante e número do Lote e número do Item;

3.7.5 O leiloeiro oficial receberá o comprovante de pagamento (depósito) e encaminhará com a NF de venda para o e-mail ***hmsj.caop.acp@joinville.sc.gov.br***, em até 2 (dois) dias úteis após a realização do leilão para a Administração;

3.7.6 O pagamento será realizado através de depósito bancário identificado ou transferência eletrônica, e a liberação do bem arrematado se dará após o valor ser creditado na conta corrente do Hospital Municipal São José, em até 2 (dois) dias úteis após a data do arremate:

Hospital Municipal São José

CNPJ: 84.703.248/0001-09

Banco do Brasil

Ag. 3155-0

C/C 6118-2

3.7.7 - Será cobrado a título de comissão ao Leiloeiro Oficial o percentual de 5% (cinco por cento), sobre o valor do lance vencedor, a ser pago pelo arrematante diretamente ao leiloeiro, em espécie, mediante recibo;

3.8 Os demais requisitos específicos estarão dispostos no Termo de Referência.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foram obtidas, de modo geral, considerando a quantidade de quilos estimados em cada local de armazenamento, desde que não seja superada a pesagem total máxima de 10.000 Kg de Ferro Velho Misto para o lote nº 001.

4.2 - De modo geral, foram considerados bens inservíveis os materiais/equipamentos que não apresentam mais condições de uso, avaliados pelas unidades de origem e comissão designada, sendo os referidos bens colocados à disposição para leilão.

4.3 - A quantidade dos bens a serem leiloados está demonstrada na tabela abaixo:

Item	Lote	Descrição	Quantidade
01	001	Sucatas de móveis e equipamentos diversos (cadeiras fixas, cadeiras com rodinhas, poltronas, longarinas, estantes, armários, arquivos de aço, suportes de soro, macas, ferragens de peças de macas, lixeiras, condicionadores de ar, refrigeradores, bebedouros, peças diversas de equipamentos)	Até a pesagem máxima de 10.000 Kg de Ferro Velho (no estado em que se encontram).

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

- Doação;
- Leilão.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO:

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de Leilão para a alienação de bens inservíveis pertencentes ao Hospital Municipal São José, uma vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público

Assim, a melhor solução para atendimento ao interesse público é o desfazimento destes bens, que hoje se acumulam nas dependências do Hospital Municipal São José e em um depósito anexo a Unidade de Saúde Boemerwaldt, sendo um ambiente propício para criação de roedores, pragas e arboviroses. Os locais atualmente utilizados como depósitos mostram-se inadequados, sendo que devido o grande volume de bens inservíveis existe a dificuldade de organização do espaço físico, além de

representar risco aos servidores e pacientes que circulam em suas dependências e futuramente estes locais poderão ser reestruturados para a guarda de novos bens. Além disso, o valor obtido no leilão poderá ser utilizado para aquisição de outros itens necessários ao hospital.

Dessa forma, após análise das soluções de mercado (doação ou leilão), considerando os elementos dispostos em cada opção, em se tratando de bens inservíveis, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido, a realização de leilão dos inservíveis pertencentes ao Hospital Municipal São José.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Considerando que em se tratando de leilão, haverá a disputa entre os interessados, sendo que o valor arrematado será repassado para o Hospital Municipal São José.

6.2 No entanto, conforme avaliação prévia e orçamentos realizados em cooperativas e fornecedores que adquirem sucatas e ferro velho conforme Anexos SEI 0021834607, 0021834783 e 0021834783, para se estimar o valor da presente contratação, será utilizada a média dos valores atuais praticados no mercado, sendo que para elaboração da média foi utilizado o item "sucata de ferro misto, resultando no preço médio de R\$ 0,62 por kilograma (sessenta e dois centavos).

6.3 Para a presente contratação, considerando que o peso estimado total dos itens a serem leiloados é de 10.000kg, o valor estimado do presente processo é de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

ITEM	LOTE	DESCRIÇÃO	KILOS DE SUCATA ESTIMADO	VALOR MÉDIO DO KILO	VALOR ESTIMADO DE ALIENAÇÃO
01	001	Sucatas de móveis e equipamentos diversos (cadeiras fixas, cadeiras com rodinhas, poltronas, longarinas, estantes, armários, arquivos de aço, suportes de soro, macas, ferragens de peças de macas, lixeiras, condicionadores de ar, refrigeradores, bebedouros, peças diversas de equipamentos)	10.000	0,62	R\$ 6.200,00

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das soluções de mercado (doação ou leilão), considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido, a realização de leilão dos inservíveis pertencentes ao Hospital Municipal São José

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 É tecnicamente e economicamente viável dividir o leilão, sendo que não haverá a perda de economia de escala pela divisão, e ainda, haverá o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução.

8.2 O leilão poderá ser dividido em itens e lotes de acordo com o Termo de Referência a ser elaborado, e que constará presente nesse processo.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se o aproveitamento de recursos com a alienação dos bens, os quais não possuem mais usabilidade para o Hospital Municipal São José, uma vez que serão leiloados apenas os bens que estão totalmente inoperantes e inservíveis.

9.2 Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados à formação da contratação.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Quanto a equipe técnica de fiscalização, importante pontuar que o Hospital Municipal

São José possui servidores com experiências e conhecimento acerca dos serviços a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2 Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, os arrematantes e leiloeiro deverão observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Nível 2: Possibilidade de ocorrência de leilão sem interessados;

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência o não recebimento dos valores decorrentes da alienação e a continuidade dos bens inservíveis em depósitos do Hospital Municipal São José gerando custos de armazenamento e possíveis criadouros de pragas e arboviroses;

Equivalente ao Nível 5: Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado;

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Altos;

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto

8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta **mitigar**, proceder à avaliação criteriosa dos bens, evitando que o valor não seja atrativo para possíveis arrematantes;

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		Curto
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Moderado
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Ausência de interessados
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		Sim

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável** a contratação de Leilão para a alienação de bens inservíveis pertencentes ao Hospital Municipal São José, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada às necessidades do Hospital Municipal São José e fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Thyago Haugusto Andrioli, Coordenador(a)**, em 24/09/2024, às 15:14, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Romaldo Backes, Diretor (a) Executivo (a)**, em 24/09/2024, às 16:53, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022923289** e o código CRC **77F7ADC1**.

